



SEÇÃO: VARIA

A insuficiência da tolerância: diversidade e relação inter-religiosa no debate público

The insufficiency of tolerance: diversity and interreligious relations in the public debate

La insuficiencia de la tolerancia: la diversidad y la relación interreligiosa en el debate público

Marciano Adilio Spica¹

orcid.org/0000-0002-8977-8841

mspica@unicentro.br

Recebido em: 28 out. 2019.

Aprovado em: 16 mar. 2020.

Publicado em: 12 jan. 2021.

Resumo: A pergunta central do presente trabalho é: a tolerância é um valor suficiente nas relações inter-religiosas em uma sociedade onde há diversidade religiosa? Para responder isso, começo mostrando alguns usos cotidianos de tal conceito, a fim de elucidar alguns erros comuns a tais usos. Após isso, apresento algumas defesas filosóficas desse conceito e defendo uma ideia de tolerância que entendo ser mais razoável. Em seguida, mostro como tal conceito é necessário e importante para as relações inter-religiosas, apesar de ser insuficiente para tais relações, podendo, na verdade, limitar relações mais profícuas entre religiões, principalmente, em relação a debates de interesse público. Ao final, apresento, brevemente, uma proposta de relação inter-religiosa que vai além da tolerância e promove, a meu ver, uma interação mais profícuas entre diferentes religiões.

Palavras-chave: Tolerância. Respeito. Diversidade religiosa. Debate público.

Abstract: The central question of this paper is: is the tolerance a sufficient value in interreligious relationships in a society where there is religious diversity? To answer this, I begin by showing some everyday uses of such concept in order to elucidate some errors common to such uses. Then I present some philosophical defenses of this concept and I defend an idea of tolerance that I believe to be more reasonable. After that, I show how that concept is necessary and important for interreligious relations, despite being insufficient for such relations and may in fact to limit more fruitful relations between religions, especially concerned to public interest debates. At the end, I present a proposal for an interreligious relationship that goes beyond tolerance and promotes, in my view, a more fruitful interaction between different religions.

Keywords: Tolerance. Respect. Religious diversity. Public debate.

Resumen: La pregunta central del presente trabajo es: ¿es la tolerancia un valor suficiente en las relaciones interreligiosas en una sociedad donde hay diversidad religiosa? Para responder a esto, empiezo mostrando algunos de los usos cotidianos de tal concepto, para aclarar algunos de los errores comunes a dichos usos. Después de eso, presento ciertas defensas filosóficas de este concepto y sostengo una idea de tolerancia que creo que es más razonable. Entonces, muestro cómo ese concepto es necesario e importante para las relaciones interreligiosas, aunque sea insuficiente, y de hecho, pueda limitar las relaciones más fructíferas entre las religiones, especialmente en relación con los debates de interés público. Al final, presento brevemente una propuesta para una relación interreligiosa que va más allá de la tolerancia y promueve, en mi opinión, una interacción más fructífera entre las diferentes religiones.

Palabras clave: Tolerancia. Respeto. Diversidad religiosa. Debate público



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

“De cada versículo contestado brotou uma fúria armada de um sofisma e de um punhal, que tornou os homens insensatos e cruéis”.

(Voltaire)

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro), Guarapuava, PR, Brasil.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Toledo, PR, Brasil.

Introdução

Em geral, nas sociedades ocidentais contemporâneas, a tolerância parece ser uma virtude essencial a ser cultivada, dada a diversidade cultural, moral e de crenças. Na filosofia e, especialmente, para as áreas da filosofia da religião que estão preocupadas em entender a diversidade religiosa e o impacto de tal diversidade nos debates públicos, o apelo à tolerância se faz ainda mais presente. Parece que um chamamento à tolerância é tão comum quando falamos de diversidade religiosa que é inaceitável questionar o valor de tal preceito moral. Talvez isso se deva ao fato de que, na modernidade, tal conceito se tornou relevante no contexto das sangrentas guerras religiosas na Europa e, ainda hoje, é muito utilizado para tratar das relações inter-religiosas. Meu objetivo, neste trabalho, é o de discutir a questão da tolerância neste contexto, ou seja, no contexto da diversidade religiosa. Mais especificamente, pretendo analisar o papel da tolerância na relação entre duas ou mais religiões e como isso teria impacto no papel delas nos debates públicos em uma sociedade em que existe grande diversidade religiosa.² Neste sentido, o presente texto não pretende ser uma abordagem geral sobre a tolerância e nem mesmo entrará em importantes discussões como, por exemplo, na ideia da tolerância do Estado em relação às diversas religiões ou destas com crenças não religiosas,

ficando restrito, então, à esfera da tolerância entre grupos e indivíduos, mais especificamente entre grupos e indivíduos religiosos.³ Assim sendo, a pergunta central do presente texto é: *a tolerância é um valor suficiente nas relações inter-religiosas em uma sociedade onde há diversidade religiosa?* Para responder isso, começo mostrando alguns usos cotidianos de tal conceito, a fim de elucidar alguns erros comuns a tais usos e, em seguida, apresento algumas defesas filosóficas desse conceito, para então defender uma ideia de tolerância que entendo ser mais razoável. Depois, mostro como tal conceito é necessário e importante para as relações inter-religiosas, para, no final, mostrar como a tolerância, apesar de ainda ser necessária, é insuficiente para tais relações e poderia, em verdade, limitar relações mais profícuas entre religiões, principalmente em relação a debates de interesse público. Ao final, apresento, brevemente, uma proposta de relação inter-religiosa que vai além da tolerância e promove, a meu ver, uma relação mais profícuas entre diferentes religiões. Tal abordagem se situa dentro da perspectiva pluralista das discussões sobre a diversidade religiosa, a qual, opondo-se principalmente à posição exclusivista é, a meu ver, capaz de promover um debate proveitoso sobre a importância do diálogo inter-religioso para o possível desenvolvimento interno das várias doutrinas religiosas.⁴

² Aqui é necessário fazer o esclarecimento de que entendo, seguindo autores contemporâneos como Habermas (2017), Trigg (2014) e outros, que o discurso religioso não é tal que deve ser entendido apenas como um discurso pertencente à esfera privada, mas que tem lugar no debate público, sendo que as diferentes religiões possuem discursos práticos (éticos e políticos) que pretendem validade na comunidade humana como um todo e não meramente em sua comunidade religiosa (Cf. SPICA, 2018c; SPICA, 2014).

³ Isso se deve ao fato de que entendo que a tolerância, além de ser uma questão de filosofia política, é uma questão de filosofia moral, uma questão de atitude pessoal. Nisso sigo as ideias de Bernard Williams que afirma: "Os problemas da tolerância devem ser encontrados primeiro no nível das relações humanas e da atitude de um modo de vida em relação ao outro. Não é apenas uma questão de como o poder do estado deve ser usado, embora, é claro, ele apoie e alimente um problema sobre isso, um problema de filosofia política" (1996, p. 18). Tal ideia encontra-se, também, em Scanlon, o qual afirma que: "Uma sociedade tolerante [...] é aquela que é democrática em sua política informal. Essa democracia é uma questão de lei e de instituições (um assunto, por exemplo, da regulação da expressão). Mas é também, importante e irredutivelmente, uma questão de atitude" (1996, p. 229).

⁴ Quando falo do possível desenvolvimento interno que a diversidade pode trazer aos diferentes sistemas religiosos, estou de acordo com a ideia de Schmidt-Leukel (2017), para quem se pode entender o pluralismo religioso de duas maneiras: 1) por um lado, como uma interpretação da diversidade religiosa, no sentido de uma teoria ou avaliação de tal diversidade que defende que a verdade religiosa existe ou deve existir em uma diversidade de formas que são acessadas pelas diversas religiões de formas diferentes e igualmente válidas. Uma teoria tal pode, por exemplo, ser encontrada na obra de John Hick (2018); e 2) Por outro lado, o pluralismo pode ser entendido também como uma interpretação religiosa que é desenvolvida no interior de diferentes sistemas religiosos, sendo, portanto, uma interpretação religiosa da diversidade de crenças. Ou seja, uma interpretação que uma ou mais religiões dão quando se deparam com a diversidade religiosa. Tal interpretação não é nem exclusivista, no sentido de que existe somente uma religião que é verdadeira e nenhuma outra, nem inclusivista, no sentido de que uma é mais verdadeira que outra ao deter, por exemplo, o segredo da salvação ou algo assim, mas pluralista, pois admite que existem, pelo menos, algumas religiões que são verdadeiras. Entendo que o debate sobre a tolerância, sua abrangência e limites, ganha importância impar quando estamos falando do pluralismo no segundo sentido, já que, aqui, as próprias religiões se abrem para uma relação de diálogo com outras religiões. Por isso, neste trabalho, foco minha discussão da tolerância a seus limites internos aos diversos sistemas religiosos.

1 Sobre os usos e o conceito de tolerância

O objetivo aqui, como já explicitado, é discutir a tolerância no contexto das relações inter-religiosas em uma sociedade marcadamente plural. Porém, entendo que isso não pode ser feito sem entendermos o que está envolto em tal conceito. Nesse sentido, não podemos nos furtar do fato que, de tanto se falar de tolerância, atualmente, tal conceito tem usos muito diversos e, muitos desses usos, parecem ter problemas e se distanciarem de uma concepção que realmente interessa a uma sociedade plural.

Adela Cortina, em sua obra *Cidadãos do mundo* (2005, p. 188-190), chama atenção para o uso de tolerância que, para ela, é de segunda classe. Esse uso se dá quando utilizamos esse conceito para mostrar nossa impotência diante de determinados atos pelos quais somos também responsáveis, como quando pais se dizem tolerantes às más ações dos filhos porque se sentem incapazes de fazer qualquer coisa para mudar o comportamento deles. Algo parecido acontece, quando, por pura indiferença ou desinteresse por ações de outros, dizemos que somos tolerantes, não nos importamos com o que os outros fazem, inflacionando a expressão "viva e deixe viver", a qual tem importância em alguns contextos, mas se torna perigosa se generalizada a todas as áreas da vida humana. Esse uso está ligado ao fato de que tudo é permitido desde que não perturbe minha vida. A meu ver, tal uso do conceito tolerância tem implicações éticas importantes já que leva à indiferença sobre questões que interessam à humanidade como um todo. Além disso, como aponta Bernard Williams (1996), se as crenças e modos de vida dos outros não importassem, eu não precisaria da tolerância, pois as crenças e modos de vida não passariam de mera questão de gosto, assim como gostar ou não de um tipo de alimento.

Além desse uso, vemos tolerância sendo usada de forma muito corriqueira na esfera das discordâncias. É muito comum ouvir, em uma discussão, uma pessoa dizer que seu adversário está sendo intolerante por discordar dela. Aqui, tolerância é utilizada como sinônimo

de aprovação. Ser tolerante é aprovar tudo o que os outros pensam e fazem, ser intolerante é discordar de algo que alguém pensa ou faz. Esse uso soa muito estranho e torna a tolerância a virtude que, nas palavras de Netland, "leva ao suicídio intelectual" (NETLAND, 1991, p. 306), já que, pensando dessa forma, abriríamos mão de qualquer pensamento próprio e toda forma de discordância seria imoral. A virtude que, em sua origem, tinha como objetivo nos fazer viver em paz com aqueles com quem discordamos, torna-se a virtude pela qual só é possível paz em caso de concordância. Uma ideia extremamente estranha ao conceito de tolerância, já que, ao invés, de promover uma sociedade plural, buscaria uma sociedade uniformizada, na qual todos deveriam pensar da mesma forma.

Esses usos de tolerância como indiferença ou mera concordância são bastante estranhos à ideia moderna de tolerância. Se revisitarmos as clássicas abordagens de Locke (1983) e Voltaire (2000) no contexto das guerras religiosas da Europa, veremos que a tolerância era uma virtude a ser cultivada diante da discordância e não significava mera indiferença. Ao contrário, nesses autores, é a consciência da discordância que faz surgir a necessidade de uma virtude que freie a violência de um grupo religioso diante de outro. O conceito de tolerância, nos textos de Locke e Voltaire, é tal que abrange a possibilidade de uma convivência pacífica diante da pluralidade de crenças. Assim sendo, tolerância é aquilo que freia a possibilidade de violência diante daqueles que discordam de mim. Voltaire (2000), por exemplo, chama atenção para muitos períodos históricos em que houve sociedades plurais, que, apesar das diferenças internas, toleravam o diferente de forma a não fazer uso da violência. Tolerância é aquilo que permite a paz, apesar das fortes discordâncias. Neste sentido, tolerância é uma espécie de virtude que nos faz suportar aquilo que não concordamos, ou seja, diante da consciência de que existem pessoas que discordam de mim e, mais do que isso, diante da consciência de que um acordo não é possível, ainda assim, ao invés de tentar eliminar aquele que discorda, suporte

sua existência, apesar de que ela realmente me incomoda, mexe comigo, eu a desaprovo.

Scanlon, a meu ver, resume bem essa ideia ao afirmar que:

A tolerância exige que aceitemos pessoas e permitamos suas práticas, mesmo quando as desaprovamos fortemente. A tolerância envolve, portanto, uma atitude intermediária entre a aceitação sincera e a oposição irrestrita. Esse status intermediário faz da tolerância uma atitude intrigante. [...] A tolerância, como uma atitude que exige que controlemos certos sentimentos de oposição e desaprovação, seria, então, apenas uma segunda opção - uma maneira de lidar com atitudes de que estaríamos melhor sem, mas que, infelizmente, são inelimináveis. Dizer isso não seria condenar a tolerância. Mesmo que seja, nesse sentido, uma segunda opção, a adoção generalizada de atitudes tolerantes seria uma grande melhoria em relação ao derramamento de sangue sectário que ouvimos todos os dias, em muitas partes do globo (SCANLON, 1996, p. 226.).

Aqui, fica claro a ideia de tolerância como uma forma de frear nosso ímpeto pela violência diante daqueles que discordam de nós. Tanto no contexto das guerras religiosas modernas, quanto na atualidade, a grande virtude da tolerância é a de promover a paz, a de ser capaz de aceitar a existência de crenças e modos de vida que reprovamos, mas que têm, dado o fato de vivermos em uma sociedade plural, o mesmo direito de existir que as minhas crenças e o meu modo de vida têm. Em certo sentido, a tolerância é um pacto de não agressão diante da consciência da existência de diferentes maneiras de determinar modos de vida convivendo em um mesmo espaço.

Porém, do fato de a tolerância ser uma virtude que permite às pessoas viverem em paz com suas crenças e atitudes em uma sociedade em que há crenças e atitudes extremamente diversas, ela não pode ser confundida com o tudo pode que, às vezes, perpassa a imagem popular de tolerância. A tolerância não tolera o intolerável. Ou seja, apesar de ser uma virtude que nos leva a suportar modos de vida e crenças diferentes das nossas, ela não é um simples "viva e deixe

viver". Há coisas que a tolerância não exige que suportemos como, por exemplo, assassinatos e atitudes como racismo, terrorismo e outros.⁵ Esses tipos de atitudes não são toleráveis por serem contrários à ideia de tolerância. Se eles fossem tolerados, a tolerância perderia o sentido.

2 Tolerância e diversidade religiosa: importância, limites e insuficiência

A tolerância é uma virtude difícil de ser cultivada em um contexto religioso, no qual afirmações de crenças práticas (morais e políticas) são realizadas a todo momento e, em várias situações, conflitam umas com outras. É diante dessa realidade que surge a pergunta sobre por que, como religioso, devo aceitar que outros, que creem em coisas que minha religião diz ser errada, tenham o direito de afirmar tais crenças. Basicamente, esse questionamento pede por argumentos que convençam o religioso de que ele deve ser tolerante. E é justamente, a esses argumentos que eu gostaria de me ater agora.

Sem dúvidas, uma primeira resposta a essa questão é puramente pragmática. Como já citado acima, a tolerância teve e tem o benefício de promover a paz inter-religiosa, evitando assim perseguições por motivos de crenças e cultos. Essa ideia, por exemplo, é muito ressaltada nos textos clássicos de Voltaire (2000) e Locke (1983) para quem a tolerância deveria ser cultivada, justamente, para que se evitasse lutas e mortes desnecessárias. Ambos, os autores, insistem na tese de que a tolerância promoveria a paz e que perseguições de cunho religioso seriam injustas. A tolerância, em seu aspecto pragmático, permite que eu tenha certa segurança em expressar minhas crenças sem constantes ataques violentos. Basicamente, a ideia é de que dado o fato de que não vivo em um mundo no qual todos têm as mesmas crenças, o qual seria um mundo ideal para minhas crenças, devo me contentar com um mundo um pouco melhor do que esse,

⁵ Já em Voltaire a tolerância não tolera o intolerável. Ele diz: "Para que um governo não tenha o direito de punir os erros dos homens, é necessário que esses erros não sejam crimes; eles são crimes quando perturbam a sociedade; perturbam a sociedade a partir do momento em que inspiram fanatismo. Cumpra, pois, que os homens comecem por não ser fanáticos para merecer a tolerância" (VOLTAIRE, 2000, p. 105). Também Scanlon (1996) e Schmidt-Leukel (2002) reforçam essa ideia e defendem que a própria ideia de tolerância não tolera determinadas coisas.

ou seja, um mundo em que, pelo menos, tenho direito a expressar minhas próprias crenças sem ser violentamente reprimido. Nesse sentido, a tolerância é um mal menor interno aos diferentes grupos religiosos. Mas, como Schmidt-Leukel ressalta, essa resposta pragmática a respeito da pergunta do porquê o religioso deveria ser tolerante, tem um ponto fraco:

A fraqueza evidente do argumento pragmático é que ele não funciona em uma situação na qual uma das partes é muito mais forte do que a outra. Assim, não se aplica quando se trata dos direitos e proteção de pequenas minorias ou mesmo indivíduos, cujas crenças e práticas são desaprovadas pela maioria e que poderiam ser facilmente silenciadas pela maioria sem arriscar nada (SCHMIDT-LEUKEL, 2002, p. 382-383).

O que Schmidt-Leukel quer ressaltar aqui é que em sociedades onde temos uma religião predominante e com fortes poderes, a tolerância não teria grande força interna com o argumento pragmático, já que a religião da maioria poderia atacar a minoria sem grandes riscos à sua hegemonia e, mais do que isso, a maioria poderia entender que eliminar a minoria é uma saída plausível rumo ao suposto melhor dos mundos para a maioria, a saber, o mundo no qual todos têm as mesmas crenças.

Uma outra justificativa comum ao porquê um religioso deveria ser tolerante é, geralmente, atribuída ao valor da autonomia. Basicamente, à pergunta sobre por que como religioso devo tolerar aquilo que minha religião diz ser errado, eu deveria responder através da ideia de que, internamente ao meu sistema de crenças, eu deveria cultivar certos valores, dentre os quais o valor da autonomia. Nesse sentido, o que se busca é incutir no religioso a ideia de que qualquer pessoa tem o direito de se autodeterminar, ou seja, toda pessoa é autônoma e pode escolher

o culto religioso que quiser e ser intolerante é, justamente, um ataque ao valor da autonomia. Essa ideia está na base moderna da tolerância e dos estados liberais. A ideia de autonomia reserva o direito a cada pessoa de determinar sua própria vida religiosa, independentemente do fato de quem concorde ou não com tais crenças.

Basicamente, a ideia moderna de tolerância afirma que a liberdade do sujeito diante de questões religiosas deve ser protegida tanto pelo estado, quanto pelos indivíduos. Temos aqui, uma preponderância do individual sobre o comunitário, tão bem ressaltado, por exemplo, por Locke, para quem a sociedade serve para proteger os direitos civis de seus cidadãos, ou seja, os direitos individuais, dentre os quais está a liberdade. Neste sentido, não cabe a nenhuma sociedade ou estado impor sua religião a um indivíduo, já que cada indivíduo tem o direito natural de crer no que bem entender,⁶ desde que tais crenças não sejam prejudiciais a outros homens. A tolerância brota do cultivo do valor da autonomia individual. Dessa forma, dado que cada sujeito tem o direito à liberdade de se autodeterminar, devo tolerar as escolhas de cada um, independentemente de eu concordar ou não com elas. Para Schmidt-Leukel, a ideia de autonomia está na base não só da ideia moderna de tolerância, mas também se faz presente na história da teologia cristã em autores como Tomas de Aquino, para quem a fé não poderia ser forçada.⁷

Mas, a ideia de que a tolerância deve ser valorizada devido ao fato de que as pessoas são autônomas, ou seja, têm liberdade para escolher suas crenças e determinar suas vidas também não é livre de dificuldades. Se, por um lado, o cultivo do valor da autonomia individual sobre a determinação da comunidade apresenta um argumento forte para que minorias não sejam atacadas por grupos

⁶ Locke afirma que não cabe a ninguém impor ou tentar determinar a religião de outrem: "Parece-me que a comunidade é uma sociedade de homens constituída apenas para a preservação e melhoria dos bens civis de seus membros. Denomino de bens civis a vida, a liberdade, a saúde física e a libertação da dor, e a posse das coisas externas, tais como terras, dinheiro, móveis etc. É dever do magistrado civil, determinando imparcialmente leis uniformes, preservar e assegurar para o povo em geral e para cada súdito em particular a posse justas dessas coisas que pertencem a esta vida. [...] não cabe ao magistrado civil o cuidado das almas, nem tampouco a quaisquer outros homens. Isso não lhe foi outorgado por Deus, porque não parece que Deus jamais tenha delegado autoridade a um homem sobre outro para induzir outros homens a aceitar sua religião" (LOCKE, 1983, p. 5).

⁷ Porém, apesar de defender que a ideia de liberdade de crença está presente também na teologia cristã, Schmidt-Leukel reconhece que essa ideia de liberdade era confusa, já que ao mesmo tempo que se dizia que a pessoa deveria adotar a fé cristã livremente, pregava-se a violência contra os hereges. (Cf. SCHMIDT-LEUKEL, 2002, p. 383).

majoritários internamente a uma sociedade, ela apresenta pontos fracos ao tentar resolver o problema de que diferentes comunidades humanas cultivam diferentes valores ou bens e pode haver comunidades nas quais a autonomia individual não seja um valor ou bem cultivado. Isso pode levar tal comunidade a defender que sua religião deve ser imposta sobre outra comunidade, já que não há uma coisa como autonomia individual. Como explica Bernard Williams:

Não podemos combinar essa explicação da tolerância liberal com a ideia de que ela se eleva acima da batalha de valores. O relato suscita o problema familiar de que outros podem não compartilhar a visão liberal desses vários bens; em particular, as pessoas a quem o liberal é particularmente obrigado a tolerar são precisamente aquelas que dificilmente compartilham a visão do liberal sobre o bem da autonomia, que é a base da tolerância, na medida em que isso expressa um valor. O liberal, nesta representação da tolerância, não lhes deu uma razão para valorizar a tolerância se eles não compartilharem seus outros valores (WILLIAMS, 1996, p. 25).

Uma possível saída para isso é encontrar uma justificativa para a tolerância através de uma espécie de humildade epistêmica interna às próprias teologias das diferentes religiões. Essa ideia é, a meu ver, muito bem exposta por Voltaire ao questionar o direito epistêmico do religioso de entender a vontade da divindade. Ele diz:

Não só é cruel perseguir nesta curta vida os que não pensam como nós, como também suponho ser ousado demais pronunciar sua condenação eterna. Parece-me que não compete a átomos de um momento, tais como somos, antecipar as decisões do Criador. Estou longe de combater esta sentença: 'Fora da Igreja não há salvação.' Respeito-a, assim como tudo o que ela ensina, mas em verdade, conhecemos todos os caminhos de Deus e a extensão de sua misericórdia? Não é lícito confiar nele tanto quanto temê-lo? Não nos basta ser fiéis à Igreja? Será preciso que cada indivíduo usurpe direitos da Divindade e decida por sua conta a sorte eterna de todos os homens? (VOLTARE, 2000, p. 123).

A meu ver, Voltaire está clamando por uma espécie de humildade diante da diversidade. Ou seja, está clamando ao religioso para que ele seja humilde diante da divindade, já que como ser humano não conhece todos os caminhos dela. Essa ideia é reforçada por outros autores, como,

por exemplo, Schmidt-Leukel, o qual chama atenção para o fato de alguns cristãos usarem a famosa parábola do joio e do trigo presente no Evangelho de Mateus para justificarem a importância da tolerância. O autor escreve:

Jesus, portanto, termina a parábola assim: 'Permita que ambos cresçam juntos até a colheita.' Os defensores cristãos da tolerância religiosa fizeram uso dessa parábola e argumentaram que, nos assuntos religiosos, frequentemente é bastante incerto o que e quem é joio e quem é o trigo. Ao perseguir os chamados hereges, corremos o risco de matar aqueles que são verdadeiramente justificados aos olhos de Deus. Esse argumento pode e deve ser estendido até o ponto de descartar qualquer intolerância religiosa baseada no argumento de proteger as pessoas da condenação eterna. Simplesmente não é certo o suficiente se realmente existe a condenação eterna e, em caso afirmativo, o que levaria a isso, para que isso seja usado como fundamento para justificar meios políticos intolerantes. Para algumas pessoas, a crença no inferno pode ser parte integrante de sua visão religiosa do mundo, mas mesmo eles devem admitir que crença não é a mesma coisa que conhecimento indubitável. Em matéria de coisas eternas, pode haver luz e escuridão suficientes para assumir o risco pessoal de fé, mas não há luz suficiente para arriscar a vida do próximo (SCHMIDT-LEUKEL, 2002, p. 384).

Essa ideia de humildade epistêmica é, ainda, ressaltada por Roger Trigg, para quem

há uma linha tênue entre um relativismo aparentemente tolerante que aceita toda crença e a afirmação arrogante da verdade de nossas próprias crenças. O primeiro modo falha em levar a sério o fato da diferença religiosa e o último sugere que já sabemos tudo (TRIGG, 2014, p. 116).

Ele sugere que, como seres humanos, precisamos reconhecer que temos menos do que um entendimento completo do que é a verdade sem com isso dizer que a verdade é impossível ou que tudo vale. Uma ideia como essa pode favorecer o fato de que os participantes dos diferentes sistemas de crenças podem ouvir uns aos outros ao mesmo tempo que evita o absolutismo, já que nenhum sistema de crenças é dono da verdade absoluta e, então, não precisa coagir outros a aceitar sua verdade. Para Trigg (2014, p. 124), a questão fundamental no diálogo inter-religioso não é se há uma verdade já estabelecida que outros devem aceitar, mas

uma posição de humildade que pergunta "como podemos estar certos do que é a verdade".

A meu ver, a ideia de humildade epistêmica é uma ideia profícua nas discussões sobre as relações entre diferentes religiões, já que além de tolerar, suportar a existência de outras religiões, a humildade epistêmica abriria a porta para a tentativa de compreensão dos diferentes sistemas. Mais do que isso, entendo que a ideia de humildade epistêmica é capaz de nos fazer ultrapassar a tolerância e isso é essencial para a relação inter-religiosa em uma sociedade plural que precisa definir, nesse contexto, políticas e bens que abranjam todos, apesar da diversidade de crenças e práticas.

3 Tolerância: insuficiência e necessidade de ir além

Até aqui, mostrei, basicamente, que o que a tolerância nos pede é que tentemos viver em paz com aqueles com quem discordamos, que deixemos eles viverem e que eles nos deixem viver com nossas crenças e práticas, desde que essas não sejam crenças e práticas intoleráveis. Mas é isso suficiente para uma sociedade plural que precisa a todo momento definir políticas públicas de bem comum que perpassam diferentes comunidades de crenças e práticas? Mais especificamente, para os fins deste trabalho, é a tolerância suficiente para a relação entre diferentes religiões em uma sociedade plural? A meu ver, não. A tolerância é importante e se constitui em um primeiro degrau das sociedades plurais, um degrau que permite a convivência dos diferentes sem o compromisso de que esses precisem dialogar. Mas uma sociedade plural exige mais do que não agressão, ela exige que os diferentes construam juntos uma sociedade onde todos possam coexistir. Neste sentido, uma sociedade plural exige que, além de não agredir o diferente, sejamos capazes de dialogar a respeito da construção da sociedade. Assim sendo, diferentes comunidades religiosas, com diferentes ideias de bens e que vivem em uma mesma sociedade, precisam dialogar a respeito do que é melhor para tal sociedade

e não simplesmente tolerar a existência umas das outras. Por isso, entendo que os diferentes grupos religiosos de uma sociedade têm o papel não apenas de promover a tolerância, mas uma virtude mais abrangente que lhes oportunize uma compreensão dos diferentes sistemas de crenças, a fim de que esses mesmos sistemas possam enriquecer suas práticas e crenças e também ajudar na construção de uma sociedade que seja boa para tais comunidades.

Schmidt-Leukel (2002) chama atenção para o fato que, em especial na história do cristianismo, quando se fala em diferentes grupos religiosos ressalta-se sempre que só há dois possíveis caminhos para uma relação entre eles: a briga ou a tolerância. Ele defende, porém, que essa poderia não ser bem a realidade e propõe que a relação inter-religiosa seja capaz de fazer um movimento para além da tolerância em direção a uma apreciação ou aceitação substancial da diversidade. Tal movimento não aceitaria as diferentes religiões simplesmente por uma questão de tolerância (apesar de desejar que elas não existam, tolero sua existência), mas no sentido de buscar entender, compreender o que está envolto nas crenças de outros sistemas e, talvez, começar a apreciar tais crenças, não no sentido de deixar suas próprias crenças, mas no de perceber que as outras podem ser crenças tão legítimas quanto as minhas. Na verdade, aqui, o que acontece não é uma troca de uma crença por outra, mas uma expansão de crenças que promove uma mudança no modo de ver a diversidade religiosa. É, nesse sentido, que o autor compara tal movimento de apreciação ou aprovação substancial com o gosto musical:

Considere alguém que até agora apenas apreciou música clássica, mas que descobriu um jazz como - digamos - Keith Jarrett, e agora começa a gostar. Certamente não diríamos que ela agora se tornou "tolerante" com o jazz, mas que ela ampliou seu horizonte musical e agora aprecia não apenas clássicos, mas também algumas músicas contemporâneas. Ela poderia ter sido "tolerante" com o jazz em épocas anteriores, quando ela não era capaz de reconhecer a beleza nele, mas, mesmo assim, tolerava-o como algo que era - do seu ponto de vista anterior - infelizmente apreciado por outras pessoas (SCHMIDT-LEUKEL, 2002, p. 387).

Entendo que a proposição de Schimdt-Leukel é realmente interessante e está de acordo com o fato de que encontros com o diverso podem propiciar, e já propiciaram durante a história das religiões, contatos interessantes com trocas e sincretismos entre diferentes grupos religiosos.⁸ Além disso, entendo, assim como ele, que a virtude da tolerância é insuficiente para promover esse tipo de encontro, já que o que ela nos pede é apenas que aceitemos a existência daquilo que não concordamos, do diverso, mas não que busquemos entender e/ou nos relacionar com os outros sistemas de crenças. Em certo sentido, o que a tolerância nos pede é apenas que deixemos crenças e práticas das quais discordamos existirem, caso elas não sejam intolerantes. Deveaux, por exemplo, chama atenção para o fato de que

A tolerância não nos direciona a investigar o conteúdo de diferentes crenças ou práticas, embora a tolerância possa ser um requisito necessário e uma condição prévia para tais investigações. A tolerância também não exige que respeitemos substancialmente as pessoas ou opiniões que são seus objetos. As práticas de tolerância podem refletir e reforçar ainda mais as premissas e as relações sociais que são incompatíveis com as aspirações e reivindicações dos grupos minoritários culturais, em particular sua busca por respeito mútuo e maior inclusão social e política (DEVEAUX, 1998, p. 423).

Concordo com Deveaux a respeito desse limite da tolerância. A meu ver, a tolerância é muito mais uma virtude que restringe ações do que uma virtude propositiva de diálogo e de respeito. Por isso, é difícil negar que o passo para além da tolerância proposto por Schimdt-Leukel é necessário em uma sociedade plural, mas, mais importante, nas relações inter-religiosas, principalmente quando se trata de abordagens pluralistas a respeito da diversidade religiosa. Entendo que, apesar de, muitas vezes, a tolerância ser utilizada como sinônimo de pluralismo, no sentido de que ser tolerante é ser plural, nossa análise de tal conceito demonstra que é possível ser tolerante sem ser plural. Posso, por exemplo, simplesmente tolerar a existência do diferente,

em uma atitude exclusivista de que apesar de eu ser dono da verdade, ainda assim os que estão em erro têm o direito de existir. Uma verdadeira posição pluralista, a meu ver, vai além da simples tolerância e, no caso da relação inter-religiosa, defende a possibilidade de que tal relação pode ser mais profícua e construir modos de se viver, em sociedades plurais, nos quais a diversidade não seja meramente algo a ser tolerado, mas algo com o que se pode aprender e construir tal sociedade. Mas, que tipo de virtude ou valor deveria ser cultivado para que isso seja possível?

Não tenho tempo de responder com a calma necessária a essa questão, mesmo assim, farei uma rápida proposta. A meu ver, a atitude do respeito pode ser complementar à da tolerância. Entendo que o respeito, muito mais do que a tolerância, pede que sejamos capazes de, além de suportar a existência, reconhecer a legitimidade moral e epistêmica daquilo que discordamos. Como bem coloca Monique Deveaux, ao falar do respeito intercultural, o respeito se difere da tolerância em vários aspectos. Em primeiro lugar, o respeito exige conhecimento concreto e diálogo com diferentes comunidades. Diferentemente da tolerância, que exige apenas que deixemos que as diferentes comunidades se autodeterminem, o respeito "é melhor entendido como o reconhecimento de que suas identidades, ligações e modos de vida são valiosos e podem dar origem a necessidades sociais e políticas legítimas" (DEVEAUX, 1998, p. 421). Enquanto a tolerância não nos pede para tentar compreender o conteúdo de diferentes práticas e crenças, o respeito necessariamente pressupõe um diálogo concreto, necessário para tal reconhecimento, já que é somente através de tal diálogo que é possível entender diferenças e semelhanças e ver que possíveis diferenças podem ser enriquecedoras e não meramente algo oposto e sem importância.

No mesmo sentido de Deveaux, Adela Cortina chama atenção para o fato de que a tolerância não nos pede um caminho para o diálogo, enquanto

⁸ O encontro com o diferente não leva necessariamente à briga ou à simples tolerância também em outros aspectos da vida e, como já defendido em outros lugares, é capaz de propiciar um enriquecimento de nossa imagem de mundo (Ver, SPICA, 2018a, 2018b).

o respeito o faz.⁹ Ao falar do que ela chama de *respeito ativo*, uma atitude necessária para as sociedades plurais, Cortina afirma que tal atitude

consiste não só em suportar estoicamente que outros pensem de forma diferente, tenham ideias de vida feliz diferentes das minhas, mas no interesse positivo em compreender seus projetos, em ajudá-los a levá-los adiante, desde que representem um ponto de vista moral respeitável (CORTINA, 1995, p. 189).

Tanto Devaux quanto Cortina estão chamando atenção para o fato de que a tolerância não parece ser uma virtude construtiva, capaz de promover encontros e diálogo, enquanto o respeito envolve necessariamente essa capacidade de tentar compreender o diferente e, além disso, nos pede um certo engajamento crítico e respeitoso em relação às crenças e às práticas diversas. Esse engajamento pode levar a revisar nossas crenças e práticas e, até mesmo, enriquecê-las.

Apesar de se defender, muitas vezes, que diferentes sistemas religiosos são totalmente diferentes uns dos outros e que, portanto, são completamente incompatíveis, uma breve descrição de tais sistemas mostrará que há semelhanças importantes entre eles e que, talvez, fosse mais profícuo para a sociedade não negar sistemas inteiros de crenças, mas discutir crenças específicas que se diferem entre os sistemas e que são importantes para a construção da sociedade plural.¹⁰ É claro que, como falamos acima, isso exigiria que abrissemos mão de absolutismos e verdades profundas e nos colocássemos em uma posição de humildade epistêmica, na qual estaríamos dispostos a compreender diferentes sistemas de crenças.

Assim como no caso da música, citada por Schmidt-Leukel, entendo que o encontro religioso pode resultar em ampliação de nossos horizontes religiosos e, principalmente, de nossos horizontes a respeito do que constitui uma boa sociedade plural. Phillip L. Quinn, por exemplo, em seu artigo intitulado "Religious diversity: familiar problems, novel opportunities" argumenta que a

comparação entre diferentes religiões pode trazer benefícios para as práticas dessas. Ele apresenta três possibilidades que podem enriquecer as práticas religiosas desde que não se tome *a priori* uma prática diferente como inimiga ou completamente errada:

Uma possibilidade é a descoberta de concordâncias imprevistas. Os adeptos de ambas as religiões podem descobrir que eles, por diferentes caminhos históricos e culturais, chegaram a destinos semelhantes em termos de sua compreensão da condição humana. Ao eliminar fontes de desconfiança mútua, a comparação pode reduzir o atrito. Outra possibilidade é um desafio a uma das religiões comparadas. Seus praticantes podem vir a reconhecer a inadequação de suas explicações sobre determinadas formas de comportamento humano através de uma reflexão sobre as melhores explicações oferecidas pela outra religião. A comparação pode estimular desenvolvimentos teóricos inovadores dentro de uma tradição religiosa. Uma terceira possibilidade é o enriquecimento da prática religiosa. Os adeptos de uma religião podem encontrar na outra a prática da oração ou meditação que poderiam ser proveitosamente apropriados, talvez com modificações, contribuindo para o seu próprio crescimento espiritual (QUINN, 2005, p. 395).

Concordo com Quinn sobre os benefícios dos encontros inter-religiosos e entendo que para isso ser efetivado é preciso cultivar algo a mais do que a tolerância, já que essa parece ser insuficiente para promover tais encontros, apesar de ser, ainda, uma virtude imprescindível na prevenção a exageros absolutistas e na promoção da paz. Nesse sentido, entendo que o passo seguinte, para além da tolerância e em direção ao respeito, é necessário e, além disso, mais enriquecedor do que a mera tolerância, e está mais de acordo com uma perspectiva pluralista da diversidade religiosa. Assim, o passo em direção ao respeito abre espaço para algo a mais que tolerância, abre espaço para uma verdadeira convivência plural, na qual não simplesmente se suporta o diferente e aquilo que considero errado, mas se tem uma atitude positiva em relação ao diferente, uma atitude de apreço recíproco entre os diferentes sistemas e tradições religiosas.

⁹ Vários autores, além dos aqui citados, têm chamado atenção para a característica peculiar do respeito como algo que leva ao diálogo e nos pede que não somente toleremos o diferente, mas os reconheçamos e tentemos entender suas práticas e crenças. Veja-se, por exemplo, Amy Gutmann (1994), Barbara Hermann (1996), Charles Taylor (1994), dentre outros.

¹⁰ Essa ideia está melhor explicitada em: SPICA, 2018a.

A meu ver, o respeito mútuo entre os diferentes sistemas religiosos é de fundamental importância quando falamos de debate público e de tomadas de decisões políticas, já que promove uma atitude positiva de abertura ao diálogo e de compreensão das razões dos diferentes sistemas ao defenderem seus diferentes conceitos de bem público. Ao invés de uma posição defensiva em relação a outros sistemas religiosos, meramente suportando sua existência, o respeito pode fazer buscar elementos em diferentes sistemas de crenças e práticas que sejam capazes de ser usados para o bem geral e promoção de uma sociedade verdadeiramente plural. Neste sentido, mais do que simplesmente suportar, o respeito, mais do que a tolerância, é capaz de nos ensinar a tarefa de sermos coarquitetos de um mundo plural, no qual, apesar de meu sistema religioso não ser a única voz, é uma voz ouvida com a atenção necessária para ser compreendida.

Apesar de, em filosofia política e nas discussões inter-religiosas, falar-se menos de respeito do que de tolerância, o primeiro é indispensável para a convivência construtiva e compartilhada de diferentes sistemas de crenças, práticas e modos de vida em sociedade. Em sociedades plurais, mais do que simplesmente ter consciência da diferença e suportá-la, é preciso construir a partir das diferenças e de uma construção compartilhada entre os diversos sistemas religiosos terá, sem dúvida, mais legitimidade do que construções unilaterais que se colocam como donas da verdade a respeito do bem público. Como bem coloca Jonathan Sacks: "A sociedade é um diálogo a várias vozes. [...] O diálogo respeitador, assumido e recíproco, que apela a algumas das nossas maiores forças de empatia e entendimento é a forma moral de um mundo governado pela dignidade da diferença" (SACKS, 2013, p. 94-95). Como um diálogo a várias vozes, a vida em sociedade ensina que, às vezes, mais do que o "nós" (sistema religioso particular) odiar ou simplesmente suportar o "eles" (diferentes sistemas religiosos), é possível que o "eles" molde, em algum sentido, o "nós" e vice-versa. Além disso, a vida em sociedade pode

ensinar que ambos, nós e eles, temos interesses em comum, apesar de nossas diferenças. Mas aprender tais ensinamentos só é possível, a meu ver, se nos desafirmos a subir o degrau da tolerância em direção ao respeito.

Considerações finais

Meu objetivo, neste trabalho, era o de mostrar a insuficiência da tolerância para a relação inter-religiosa no debate público. Nesse sentido, o que vimos foi que a tolerância é uma virtude sobre o que não se deve fazer. Ela é um freio a atitudes como o absolutismo e a violência diante da discordância. Ela não pede que se concorde com tudo o que os outros acreditam ou falam, nem que tais crenças e falas importem, ao contrário, ela pede que, diante da consciência do desacordo, não haja absolutismos nem violência, mas garantia de que desacordos possam existir. É claro que, neste sentido, a tolerância não é uma virtude fácil de ser cultivada, pois implica a consciência de que existem discordâncias em relação às minhas crenças que eu gostaria que não existissem, mas, dado o fato de que elas têm o direito de existir assim como as minhas crenças têm tal direito, tolero sua existência, ou seja, não tento eliminar aquilo de que discordo através da violência. Nesse sentido, a tolerância é uma virtude de cunho negativo (versa sobre o que não se deve fazer) e não nos pede uma atitude construtiva em relação à diversidade. E é justamente daí que surge sua insuficiência.

Mostrei que a tolerância não leva a possibilidades de encontros e diálogos inter-religiosos. Em uma sociedade plural, porém, é necessário valorizar uma virtude que promova o diálogo e o encontro inter-religioso. Isso se deve ao fato de que, em uma sociedade com diversas religiões e modos de vida, é preciso desenvolver capacidades que vão além da não agressão, mas que proporcionem diálogo construtivo. Basicamente, o que propus foi que diferentes comunidades religiosas, com diferentes ideias de bens e que vivem em uma mesma sociedade, precisam dialogar a respeito do que é melhor para tal sociedade e não simplesmente tolerar a existência umas das outras.

É nesse sentido que defendi a possibilidade de tomarmos o respeito como uma virtude mais elevada em termos de relação inter-religiosa. O respeito nos pede mais do que simplesmente suportar o diferente. Ele nos pede para buscarmos ouvir e compreender os diferentes modos de vida e construir junto com eles uma sociedade realmente plural.

Espero ter deixado claro que não estou defendendo que a tolerância não deva ser cultivada, ao contrário, entendo que ela tem um papel essencial em uma sociedade plural, ao evitar violências desnecessárias e garantir a livre expressão de crenças. O que defendo é que ela é insuficiente para uma relação construtiva entre diferentes sistemas religiosos e que, se estamos buscando por uma sociedade realmente plural, na qual diferentes modos de vida contribuem para a construção de tal sociedade, deve-se subir um degrau a mais, ultrapassando a tolerância rumo a uma virtude que permita ouvir e compreender as diferentes vozes que formam a sociedade. Tal degrau, a meu ver, pode ser atingido cultivando o respeito, pois ele tem um caráter mais construtivo que não simplesmente suporta as diferentes concepções de mundo, mas é capaz de fazer pontes que permitam a construção conjunta de uma sociedade realmente plural.

Referências

- CORTINA, A. *Cidadãos do Mundo: para uma teoria da cidadania*. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.
- DEVEAUX, M. Toleration and Respect. *Public Affairs Quarterly*, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 407-427, out. 1998.
- GUTMANN, A. Introduction. In: GUTMANN, A. (ed.). *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. New Jersey/Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 3-24.
- HABERMAS, J. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2017.
- HERMAN, B. Pluralism and the Community of Moral Judgment. In: HEYD, D. (ed.). *Toleration: An Elusive Virtue*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1996. p. 60-80. DOI: <https://doi.org/10.1515/9781400822010.60>.
- HICK, J. Uma interpretação da religião: respostas humanas ao transcendente. Tradução Agnaldo Cuoco Portugal. Petrópolis: Vozes, 2018.
- LOCKE, J. Carta acerca da Tolerância. In: LOCKE, J. *Os pensadores*: Locke. Tradução Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores).
- NETLAND, H. *Dissonant Voices: Religious Pluralism and the Question of Truth*. Grand Rapids: Eerdmans, 1991.
- QUINN, P. L. Religious diversity: familiar problems, novel opportunities. In: WAINWRIGHT, W. J. (ed.). *The Oxford Handbook of Philosophy of Religion*. Oxford: Oxford University Press, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1093/0195138090.003.0017>.
- SACKS, J. *A dignidade da diferença: como evitar o choque de civilizações*. São Paulo: Sêfer, 2013.
- SCANLON, T. M. The difficulty of Toleration. In: HEYD, D. (ed.). *Toleration: An Elusive Virtue*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 226-239. DOI: <https://doi.org/10.1515/9781400822010.226>.
- SCHMIDT-LEUKEL, P. Beyond Tolerance: Towards a New Step in Inter-Religious Dialogue. *Scottish Journal of Theology*, [s. l.], v. 55, n. 4, p. 379-391, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0036930602000418>
- SCHMIDT-LEUKEL, P. *Religious Pluralism and Interreligious Theology: the Gifford Lectures – An Extended Edition*. New York: Orbis Book, 2017.
- SPICA, M. A. O lugar dos discursos religiosos em uma sociedade plural. In: MARTINEZ, H. L.; SPICA, M. A. (org.). *Religião em um mundo plural: debates desde a filosofia*. Pelotas: Nefil, 2014. p. 317-336.
- SPICA, M. A. Language, Belief and Plurality: A Contribution to Understanding Religious Diversity. *International Journal for Philosophy of Religion*, [s. l.], v. 83, n. 2, p. 169-181, 2018a. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11153-017-9626-1>.
- SPICA, M. A. Pluralism with Syncretism: a perspective from Latin American Religious Diversity. *Open Theology*, [s. l.], v. 4, p. 236-245, 2018b. DOI: <https://doi.org/10.1515/oph-2018-0017>.
- SPICA, M. A. Diversidade religiosa e democracia: da filosofia da religião à filosofia política. *Ethic@*, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 13-40, 2018c. DOI: <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2018v17n1p13>.
- TAYLOR, C. The Politics of Recognition. In: GUTMANN, A. (ed.). *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 25-73.
- TRIGG, R. *Religious diversity: philosophical and political dimensions*. New York: Cambridge University Press, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139151795>.
- VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- WILLIAMS, B. Toleration: an Impossible Virtue? In: HEYD, D. (ed.). *Toleration: An Elusive Virtue*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 18-27. DOI: <https://doi.org/10.1515/9781400822010.18>.

Marciano Adilio Spica

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, SC, Brasil). Professor associado da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro, Guarapuava, PR, Brasil) e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste, Toledo, PR, Brasil).

Endereço para correspondência

Marciano Adilio Spica

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Rua Padre Salvatore Renna, 875, Departamento de Filosofia, Sala 264

Santa Cruz, 85015-430

Guarapuava, PR, Brasil